



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP



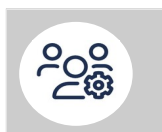
Unidade Requisitante

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, 11.168.783/0001-33



Alinhamento com o Planejamento Anual

A necessidade objeto do presente estudo não possui previsão no plano de contratações anual da Organização.



Equipe de Planejamento

Juliana Carla Serafim da Silva, Joabe da Silva



Problema Resumido

A Secretaria Municipal de Saúde do Cabo de Santo Agostinho enfrenta a falta de proteção adequada contra exposição solar e picadas de insetos para os Agentes de Combate às Endemias (ACEs) e os Agentes Comunitários de Saúde (ACS).

Em atendimento ao inciso I do art. 18 da Lei 14.133/2021, o presente instrumento caracteriza a primeira etapa do planejamento do processo de contratação e busca atender o interesse público envolvido e buscar a melhor solução para atendimento da necessidade aqui descrita.



DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A Secretaria Municipal de Saúde do Cabo de Santo Agostinho enfrenta um problema significativo relacionado à falta de proteção adequada para os Agentes de Combate às Endemias (ACEs) e Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Estes profissionais desempenham um papel crucial na promoção da saúde pública e no controle de doenças endêmicas, realizando atividades essenciais em áreas de grande exposição ao sol e a insetos. A ausência de equipamentos ou vestuário que ofereçam proteção eficaz contra a radiação solar e picadas de insetos compromete diretamente a saúde e o desempenho desses agentes, expondo-os a riscos que podem resultar em doenças e, conseqüentemente, afetar a qualidade dos serviços prestados à população.

A necessidade de atendimento a essa demanda se torna ainda mais evidente considerando a natureza das atividades exercidas por esses profissionais, que muitas vezes demandam longas horas ao ar livre, em condições climáticas adversas. A falta de proteção não apenas prejudica a saúde imediata dos ACEs e ACS, mas também pode levar à diminuição da motivação e produtividade, ao aumento do absenteísmo(licença) e à possibilidade de incapacitação temporária ou permanente desses trabalhadores. Por sua vez, isso impacta negativamente a eficácia das ações de saúde pública, colocando em risco o bem-estar da população que depende desses serviços.





Sob a perspectiva do interesse público, é fundamental garantir condições adequadas de trabalho para os Agentes de Combate às Endemias e Agentes Comunitários de Saúde, uma vez que seu trabalho é decisivo para a prevenção de doenças e promoção da saúde coletiva. A proteção apropriada irá contribuir significativamente para a segurança desses profissionais, viabilizando a continuidade de suas atividades sem prejuízos à saúde. Assim, atender a essa necessidade não apenas resguarda a integridade física dos agentes, como também reforça o compromisso da secretaria com a saúde pública e a valorização dos trabalhadores que atuam em prol da comunidade.



REQUISITOS DA FUTURA CONTRATAÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde do Cabo de Santo Agostinho busca uma solução que garanta a proteção adequada contra a exposição solar e picadas de insetos para os Agentes de Combate às Endemias (ACEs) e os Agentes Comunitários de Saúde (ACS). Para atender a essa necessidade, os requisitos da solução contratada são delineados a seguir:

1. Fornecimento de uniformes ou vestimentas com proteção UV, com fator de proteção solar (FPS) mínimo de 50.
2. Material dos uniformes deve ser respirável, leve e de secagem rápida, visando conforto em ambientes externos.
3. Inclui itens de vestuário como bonés com aba larga, camisetas de manga longa, calças longas e botas (ou sapatos fechados) resistentes à água.
4. Os uniformes devem ser constituídos de material tratado com repelente a insetos (ex: Tecnologia permethrin ou equivalente).
5. Garantia de que os materiais utilizados não causarão alergias ou irritações na pele dos usuários, com comprovação através de laudos dermatológicos.
6. Comprovação de durabilidade mínima de um ano, com resistência a lavagens frequentes sem perda das características de proteção.
7. Fornecimento do produto com ajuste ao corpo do usuário, garantindo mobilidade e conforto, com opção de tamanhos variados que atendam a diferentes perfis de corpo.
8. Protocolo de entrega que inclua manual de cuidados e manutenção dos itens fornecidos, assegurando a preservação das propriedades de proteção.
9. Inclusão no contrato de assistência técnica e reposição de uniformes danificados por desgaste natural, dentro da garantia estabelecida.
10. A proposta deverá incluir ações de capacitação para uso adequado dos uniformes e orientação sobre a importância da proteção solar e contra insetos.

Esses requisitos foram elaborados para garantir a seleção da proposta mais vantajosa, otimizando a concorrência e assegurando que a solução atenda plenamente a necessidade identificada.





SOLUÇÕES DISPONÍVEIS NO MERCADO

Soluções Disponíveis para Proteção dos Agentes de Combate às Endemias (ACEs) e Agentes Comunitários de Saúde (ACS)

1. Uniformes com proteção UV e repelente de insetos

- Vantagens:

- Custos: Investimento moderado, pois há fabricantes que oferecem preços competitivos para lotes.

- Qualidade: Tecido com tecnologia de bloqueio UV e repelente integrado oferece proteção eficaz tanto contra sol quanto para picadas de insetos.

- Flexibilidade: Disponibilidade em diferentes modelos e tamanhos que se adaptam a diversos perfis de profissionais.

- Manutenção: Lavagem comum, mas é importante seguir recomendações do fabricante para manutenção da eficácia repelente.

- Tempo de implementação: Produção em prazos razoáveis; pode variar de 30 a 60 dias dependendo do fornecedor.

- Desvantagens:

- Durabilidade: Eficácia do repelente pode diminuir após várias lavagens, podendo requerer reposição mais frequente.

- Conforto: Certos tecidos podem não ser tão respiráveis, o que pode impactar no conforto em climas quentes.

2. Equipamentos de proteção individual (EPIs)

- Vantagens:

- Custos: Variedade de preços dependendo da qualidade e marca; opções disponíveis no mercado local podem reduzir custos de transporte.

- Qualidade: EPIs como chapéus, luvas e mangas oferecem proteção específica e são certificados por normas de segurança.

- Flexibilidade: Podem ser distribuídos conforme a necessidade de cada agente, adaptando-se a características individuais.

- Suporte: Fornecedores geralmente oferecem garantia e suporte técnico.

- Desvantagens:

- Adequação: Necessita avaliação cuidadosa para garantir que os EPIs estejam adequados às atividades específicas de ACEs e ACS.

- Manutenção: Requer cuidados especiais, como higienização regular e possível substituição após desgaste.

- Tempo de implementação: Dependendo da quantidade solicitada, o prazo de entrega pode ser longo, especialmente se forem necessários ajustes.

3. Protetores solares e repelentes de insetos

- Vantagens:





- Custos: Produtos de fácil acesso e com preços variados, permitindo aquisição em escalas menores conforme necessidade.
- Qualidade: Ofertas disponíveis com alta proteção UVA e UVB, além de eficiência em repelência.
- Flexibilidade: Aplicação direta pelo usuário, garantindo autonomia.
- Tempo de implementação: Imediato, disponível nas farmácias e supermercados.
- Desvantagens:
 - Eficiência: Durabilidade e necessidade de reaplicação constante durante o uso em campo podem gerar insatisfação.
 - Gestão de estoque: Necessidade de monitoramento contínuo do uso e reposição periódica.
 - Menor proteção comparativa: Não substitui vestuário ou equipamentos que fornecem barreira física.

4. Instalação de barracas ou áreas de sombra em locais de trabalho

- Vantagens:
 - Custos: Um investimento inicial maior, porém pode ser amortizado ao longo do tempo com a durabilidade da estrutura.
 - Qualidade: Proporciona um ambiente de trabalho seguro e confortável, favorecendo a saúde do trabalhador.
 - Flexibilidade: Pode ser adaptado a diferentes ambientes urbanos, ajustando-se à realidade da Secretaria.
 - Manutenção: Baixa manutenção após instalação inicial.
- Desvantagens:
 - Logística: Requer espaço físico adequado, o que pode não ser viável em todas as zonas urbanas.
 - Projeto: Necessita de planejamento arquitetônico e aprovação por parte das autoridades competentes.
 - Prazo de implementação: Instalação pode levar semanas, dependendo da complexidade do projeto.

Análise Comparativa:

- Custo: Equipamentos de proteção individual e protetores solares/repletentes têm custo inicial baixo, enquanto uniformes com proteção UV têm custo médio, mas garantem uma solução integrada. Barracas têm custo alto inicial, porém baixa manutenção.
- Qualidade: Uniformes e EPIs oferecem melhor proteção, enquanto protetores solares são limitados pela necessidade de reaplicação e menor proteção física.
- Flexibilidade: Todos são flexíveis, mas equipamentos e protetores solares permitem personalização individual. Barracas requerem planejamento estrutural.
- Adaptabilidade: EPIs e uniformes se adaptam a diferentes condições climáticas; barracas dependem do espaço físico disponível.
- Manutenção: EPIs e uniformes demandam maior atenção e cuidado, enquanto barracas exigem pouco após instalação.
- Suporte: EPIs e uniformes geralmente oferecem suporte robusto no pós-venda; barracas podem necessitar de assistência técnica masculina e gestão de espaços externos.





- Tempo de Implementação: Protetores solares e equipamentos podem ser imediatamente adquiridos; uniformes e EPIs têm prazo variado, sendo as barracas a opção com maior prazo de implementação.

A escolha da solução deve estar alinhada às necessidades e capacidade orçamentária da Secretaria Municipal de Saúde do Cabo de Santo Agostinho, considerando em especial a segurança e bem-estar dos agentes que atuam em campo.



DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO ESCOLHIDA COMO UM TODO

A escolha pela solução de Registro de Preços para a eventual aquisição de Protetor Solar e Repelente de Insetos para os Agentes de Combate às Endemias (ACEs) e os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) da Secretaria Municipal de Saúde do Cabo de Santo Agostinho se fundamenta em múltiplos aspectos técnicos, operacionais e econômicos que visam atender à necessidade emergente de proteção dos profissionais da saúde durante suas atividades externas.

Do ponto de vista técnico, é fundamental considerar o desempenho dos produtos selecionados. Os protetores solares devem ter um fator de proteção solar (FPS) adequado, resistindo à exposição prolongada ao sol em condições variadas. Simultaneamente, os repelentes devem conter ativos eficazes, capazes de oferecer proteção contra picadas de insetos, especialmente de mosquitos que transmitem doenças. A compatibilidade dos produtos com a pele e a segurança no uso são imprescindíveis, assim como a conformidade com regulamentos de saúde e segurança vigentes. Essa escolha garante que os agentes estejam devidamente protegidos, aumentando sua eficiência nas atividades de campo.

A facilidade de implementação da solução também é uma forte justificativa. Com a contratação através de Registro de Preços, a secretaria pode adquirir os produtos de forma planejada e adequada às demandas ativas e sazonais, permitindo um gerenciamento eficaz de estoques e evitando faltas ou excessos. Este modelo proporciona agilidade na aquisição, pois há a possibilidade de realizar pedidos conforme a necessidade, facilitando a logística de distribuição dos itens aos profissionais, que precisam de acesso contínuo a esses insumos.

Os benefícios operacionais incluem a manutenção mínima desses produtos, pois trata-se de itens consumíveis cuja aplicação não requer treinamento complexo. Além disso, a escalabilidade da solução garantida pela adesão ao sistema de Registro de Preços permite que novas demandas sejam atendidas eficientemente, assim que as necessidades dos ACEs e ACS forem alteradas ou ampliadas. A possibilidade de contratar diferentes fornecedores no mesmo registro fará com que a Secretaria tenha acesso a diversas alternativas e possa mudar rapidamente entre elas conforme necessário, garantindo sempre a continuidade do fornecimento e a qualidade dos insumos.

Em relação ao aspecto econômico, o modelo de Registro de Preços oferece um excelente custo-benefício. Esse método possibilita a negociação e obtenção de preços mais competitivos com





fornecedores, além de garantir que a compra seja realizada conforme a demanda. O retorno esperado em relação ao investimento nos protetores solares e repelentes é expressivo, pois a proteção adequada reduz significativamente o número de casos de doenças transmitidas por insetos e evita problemas relacionados a queimaduras solares. Isso não só melhora as condições de trabalho dos agentes, mas também minimiza custos associados a afastamentos e tratamentos médicos, contribuindo para uma gestão mais eficiente dos recursos públicos.

Dessa forma, a escolha pela solução de Registro de Preços para a aquisição de Protetor Solar e Repelente de Insetos demonstra alinhamento com o interesse público, priorizando a saúde e segurança dos profissionais que atuam em áreas essenciais para a comunidade.



QUANTITATIVOS E VALORES

ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVA DA CONTRATAÇÃO					
Lote 01					
Item	Descrição	Unidade	Quant.	R\$ Unid.	R\$ Total
1	432411 - REPELENTE, PRINCÍPIO ATIVO:À BASE DE ICARIDINA, CONCENTRAÇÃO:ATÉ 25%, FORMA FARMACÊUTICA:SPRAY	Frasco 120ml	2.575,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
2	478110 - PROTETOR SOLAR, TIPO PROTEÇÃO:UVA/UVB, FATOR PROTEÇÃO:FATOR 70, FORMA FARMACÊUTICA:LOÇÃO CREMOSA, ADICIONAL:ISENTO DE ÓLEO	Bisnaga 120g	2.575,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
3	477887 - PROTETOR SOLAR, TIPO PROTEÇÃO:UVA/UVB, FATOR PROTEÇÃO:FATOR 50, FORMA FARMACÊUTICA:BASTÃO LABIAL	Bisnaga 50g	3.285,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Valor Total				R\$ 0,00	



PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

A contratação não será parcelada.

A contratação para a aquisição de Protetor Solar e Repelente de Insetos não será parcelada, pois a natureza do objeto em questão demanda uma análise técnica que indica a necessidade de uma entrega única e integrada. Os Agentes de Combate às Endemias (ACEs) e os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) precisam contar com esses equipamentos de proteção simultaneamente, uma vez que suas atividades são realizadas em condições climáticas adversas que exigem a utilização imediata dos produtos. O uso simultâneo dos dois itens é essencial para garantir a eficácia da proteção no desempenho das funções desses profissionais.

Além disso, o parcelamento poderia acarretar complicações logísticas e operacionais, como atrasos na entrega dos produtos ou a falta de padronização entre diferentes lotes adquiridos ao longo do tempo. Isso poderia resultar em ineficiências na prestação do serviço, prejudicando a continuidade das ações de saúde pública, que visam prevenir doenças transmitidas por insetos e reduzir os danos causados pela exposição solar. Uma solução integrada garantiria também um melhor controle de qualidade e segurança dos produtos, fundamentais para a proteção da saúde dos agentes.





Por fim, ao optar por uma única contratação, assegura-se uma maior eficiência na gestão dos recursos públicos, evitando fragmentações desnecessárias que poderiam aumentar custos operacionais e comprometer a agilidade na oferta dos materiais. Essa abordagem reforça o compromisso da Secretaria Municipal de Saúde do Cabo de Santo Agostinho em atender ao interesse público, garantindo que os profissionais de saúde tenham acesso imediato aos insumos necessários para desempenhar suas funções de forma segura e eficaz. A decisão de não parcelar reflete uma estratégia focada na eficiência e na efetividade das ações de saúde.



RESULTADOS PRETENDIDOS

A contratação de registro de preços para a aquisição de protetor solar e repelente de insetos para os Agentes de Combate às Endemias (ACEs) e Agentes Comunitários de Saúde (ACS) representa uma medida efetiva na busca pela economicidade. A solução escolhida permite a realização de compras em quantidades ajustáveis, de acordo com as demandas reais, evitando excessos ou faltas no estoque. Isso maximiza o custo-benefício ao garantir que os recursos financeiros sejam utilizados de forma eficiente, já que as aquisições podem ser feitas conforme a necessidade e a variação do uso dos produtos ao longo do tempo.

Além disso, o registro de preços possibilita a concorrência entre fornecedores, o que tende a gerar melhores condições comerciais, como preços mais baixos e melhores prazos de entrega. Essa competitividade resulta em economias significativas que refletem diretamente no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde, permitindo que recursos sejam direcionados a outras áreas prioritárias da saúde pública.

O aproveitamento dos recursos humanos também é otimizado, pois a utilização adequada de protetores solares e repelentes contribui para a proteção dos agentes durante seu trabalho de campo. Dessa forma, eles se tornam menos suscetíveis a problemas de saúde decorrentes da exposição solar e das picadas de insetos, o que pode reduzir faltas por licença médica e melhorar a produtividade geral dos serviços prestados.

Por fim, a utilização de recursos materiais e financeiros dentro de um processo estruturado de registro de preços diminui a burocracia e agiliza a aquisição necessária, resultando em processos mais ágeis e eficazes para atendimento à demanda. Isso não só garante a proteção dos trabalhadores como também assegura a continuidade das atividades de combate a endemias, potencializando o impacto positivo dessas ações na saúde da população local.



PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS





A elaboração do estudo técnico preliminar para a aquisição de Protetor Solar e Repelente de Insetos deve considerar uma série de providências que assegurem a eficácia da solução proposta, garantindo que os Agentes de Combate às Endemias (ACEs) e os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) estejam adequadamente protegidos em suas atividades de campo.

Primeiramente, é fundamental realizar um levantamento detalhado das especificações técnicas dos produtos a serem adquiridos. Esse levantamento deve incluir analisar as expectativas quanto à resistência contra a exposição solar, tempo de duração dos efeitos do protetor solar e repelente, além de verificar se os produtos são adequados para uso prolongado, considerando eventuais reações alérgicas e a segurança dos usuários. Formar um grupo de trabalho com profissionais de saúde e especialistas na área pode ser uma providência importante para assegurar que essas especificidades sejam contempladas nas definições do registro de preços.

Além disso, é essencial estabelecer um cronograma de entrega e distribuição dos produtos, garantindo que os ACEs e ACS recebam os itens de forma regular e em quantidade adequada, conforme a demanda percebida no campo. Essa organização logística deve prever a possibilidade de reposição rápida em caso de aumento inesperado nas demandas, decorrente de surtos ou campanhas de saúde pública.

Considerando a natureza da aquisição, pode ser necessário desenvolver orientações técnicas para o uso correto e seguro dos produtos por parte dos agentes. Essas orientações poderiam ser veiculadas através de materiais informativos, como manuais ou cartilhas, que devem incluir instruções sobre a aplicação do protetor e repelente, bem como cuidados essenciais a serem seguidos no dia a dia.

Caso se constate a necessidade de acompanhar e monitorar o uso eficaz dos produtos adquiridos, pode ser coerente estipular a realização de uma capacitação para os supervisores responsáveis pela fiscalização e gestão da utilização dos itens. Essa capacitação deve ter como objetivo garantir que os materiais estão sendo utilizados corretamente, respeitando diretrizes de saúde, e possibilitar a contribuição dessas autoridades para aprimorar a prática dos ACEs e ACS em campo.

Para assegurar a economicidade e eficiência durante a execução do contrato, é crucial implementar critérios claros de avaliação e aceitação dos produtos entregues, verificando a conformidade com as especificações previamente definidas. Esses critérios devem constar nos documentos do processo licitatório e servirão como base para a fiscalização do contrato.

Por fim, propõe-se a inclusão de cláusulas que prevejam a possibilidade de rescisão contratual em caso de não conformidade dos produtos ou ineficácia na prestação do serviço, proteção ao interesse público e salvaguardas financeiras para a administração municipal. Tal medida contribuirá para a boa gestão dos recursos públicos e para a qualidade do atendimento oferecido pelos agentes comunitários de saúde.



CONTRATAÇÕES CORRELATAS





A análise das contratações correlatas e interdependentes para a solução escolhida, que é o Registro de Preços para eventual aquisição de Protetor Solar e Repelente de Insetos, indica que não há necessidade de contratações adicionais que dependam técnica ou operacionalmente da solução proposta. A proteção oferecida pelo protetor solar e repelente é suficiente para atender diretamente às demandas dos Agentes de Combate às Endemias (ACEs) e dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS), permitindo que eles desempenhem suas funções sem o risco de exposição inadequada ao sol e a picadas de insetos.

Além disso, as contratações relacionadas que poderiam ser consideradas, como serviços de manutenção, adaptações prediais ou compra de equipamentos que complementariam a segurança dos agentes, não são necessárias neste contexto. A solução escolhida atinge o objetivo primário de proteção dos profissionais sem que novas aquisições ou adequações sejam imprescindíveis. Assim, a implementação do registro de preços focado na aquisição de protetores solares e repelentes atenderá plenamente à demanda presente, sem a necessidade de ações ou contratações correlatas.

Portanto, pode-se concluir que a contratação proposta é autossuficiente dentro da necessidade identificada, garantindo uma resposta rápida e efetiva à situação enfrentada pela Secretaria Municipal de Saúde do Cabo de Santo Agostinho, sem a exigência de intervenções adicionais.



IMPACTOS AMBIENTAIS

Na análise dos possíveis impactos ambientais relacionados à aquisição de Protetor Solar e Repelente de Insetos para os Agentes de Combate às Endemias (ACEs) e Agentes Comunitários de Saúde (ACS) da Secretaria Municipal de Saúde do Cabo de Santo Agostinho, é fundamental considerar questões como a composição dos produtos, o descarte após uso e a eficiência no consumo de recursos.

Um dos principais impactos ambientais associados a esses produtos é a possível contaminação dos recursos hídricos devido ao escoamento de substâncias químicas presentes nos protetores solares e repelentes. Essas substâncias podem ser tóxicas para a fauna aquática e afetar ecossistemas locais. Para mitigar esse impacto, é recomendado selecionar fornecedores que utilizem ingredientes ativos menos nocivos ao meio ambiente e que tenham certificações ambientais. Além disso, campanhas de conscientização sobre o uso responsável dos produtos devem ser realizadas para garantir que os agentes de saúde apliquem os insumos de forma adequada e em quantidades necessárias.

Outro ponto crítico envolve as embalagens dos produtos. Muitos protetores solares e repelentes vêm em frascos plásticos que, se descartados inadequadamente, podem contribuir para a poluição. A adoção de soluções de logística reversa é essencial nesse aspecto. Assegurar que as embalagens sejam retornadas aos fabricantes ou direcionadas para pontos de coleta especializados pode ajudar a minimizar o acúmulo de resíduos plásticos. Também é válido incentivar o uso de embalagens recicláveis ou biodegradáveis por parte dos fornecedores.





No que diz respeito ao baixo consumo de energia, a escolha de produtos com fórmulas concentradas que exigem menos material para a mesma eficácia pode representar uma melhora significativa na eficiência energética global da contratação. Além disso, priorizar empresas que adotam práticas sustentáveis em seus processos de produção e distribuição, como transporte que minimize a emissão de carbono, também contribui para essa meta.

Ao abordar o problema da proteção solar e contra insetos, é essencial não apenas focar na eficácia dos produtos, mas também na implementação de medidas mitigadoras que visem a redução dos impactos ambientais. Dessa forma, a aquisição de protetores solares e repelentes deve ser feita com uma visão holística, buscando parcerias que considerem a eficiência no uso de recursos e o compromisso ambiental. Assim, é possível promover um ambiente saudável tanto para os trabalhadores da saúde quanto para o ecossistema do Cabo de Santo Agostinho.



CONCLUSÃO

As análises iniciais demonstraram que a contratação da solução aqui referida é viável e tecnicamente indispensável. Portanto, com base no que foi apresentado, podemos DECLARAR que a contratação em questão é **PLENAMENTE VIÁVEL**.

Cabo de Santo Agostinho - PE, 1 de Outubro de 2025

Juliana Carla Serafim da Silva
Gerente de vigilância em Saúde

Joabe da Silva
Superintendente da Atenção Primária



Documento assinado eletronicamente por **JULIANA CARLA SERAFIM DA SILVA**, em 01/10/2025 - 13:22:59, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).

Documento assinado eletronicamente por **JOABE DA SILVA**, em 02/10/2025 - 09:01:58, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Autenticidade do documento pode ser verificada em <https://bid.startgov.com.br/validacao>, informando o código verificador: 789bab3-3e12-4a93-b5a3-7e326fef2441